

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações
financeiras individuais

31 de dezembro

20
20

ny bank

Diretoria

NU PAGAMENTOS S.A.

DIRETORA PRESIDENTE

Cristina Helena Zingaretti Junqueira

DIRETORES

Adam Edward Wible

Alessandro da Costa Prado*

Bruno Magrani de Souza

Guilherme Marques do Lago

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Marcelo Kopel

Renee Grace Mauldin Atwood

Vitor Guarino Olivier

CONTADORA

Valesca Cidronio Gomes

CRC - 1SP-309969/O-6

(*) Diretor responsável pela contabilidade

Relatório da administração

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nu Pagamentos”) apresenta as suas Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As atividades do Nubank (ou “Grupo”) no Brasil correspondem às atividades da Companhia e suas controladas, entre elas a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Nu Financeira”).

PERFIL CORPORATIVO

A Nu Pagamentos foi constituída em maio de 2013 e iniciou suas operações para o público em geral em setembro de 2014 com o oferecimento de um cartão de crédito internacional da bandeira Mastercard, controlado por um aplicativo para *smartphone*. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

Atualmente, além do cartão de crédito, que também possui a função débito, a Companhia oferece outros produtos aos seus 33 milhões de clientes:

- **Rewards:** Um programa de fidelidade atrelado ao cartão de crédito que funciona de forma intuitiva e digital, com conversão e resgate de pontos em tempo real. Em setembro de 2019, foi lançada a parceria com a Smiles para transferência de pontos - cada 4 pontos Rewards equivalem a 1 milha; e ainda em 2020 a alternativa de resgate de pontos pela modalidade *cashback*.
- **Conta do Nubank:** Uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção, transferências através de TED e peer-to-peer, pagamentos de contas e boletos, saque através da Rede 24 Horas, além de facilidades exclusivas como: depósitos através de boleto, função “cobrar dinheiro” e função “guardar dinheiro”. Desde dezembro de 2018, são oferecidos também cartões com a função débito. Em outubro de 2019, foi lançada a Conta PJ, a qual oferece algumas funções similares às oferecidas hoje pela Conta do Nubank, com foco em empreendedores, autônomos e donos de pequenos negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Conta do Nubank possuía cerca de 29,9 milhões clientes, dos quais 478 mil se referem a pessoas jurídicas, um aumento de 82,0% e 1.014,5%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2019.
- **Recarga:** A partir de novembro de 2019, a Companhia também passou a disponibilizar para os clientes a função Recarga de Celular pré-pago ou plano controle, através do aplicativo, usando tanto o saldo disponível na Conta do Nubank quanto o limite no Cartão de Crédito.
- **Pix:** A partir de novembro de 2020, os clientes do Nubank passaram, através do Pix, a ter mais uma opção para realizar e receber transferências e pagamentos de maneira rápida e segura. O Pix é o novo meio de pagamentos instantâneos criados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) que possibilita o envio e recebimento de dinheiro, da mesma forma que se realiza transações entre contas do Nubank: a qualquer momento do dia, sem custo e com o dinheiro caindo na hora na conta de destino.

A nova funcionalidade está disponível no aplicativo do Nubank (e demais bancos e instituições financeiras) e a grande diferença para outros meios de pagamento, como boletos, TEDs e DOCs, é que com o Pix as transferências podem ser feitas entre diferentes instituições 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

Em 31 de dezembro de 2020, havia aproximadamente 28,2 milhões de chaves registradas por clientes do Grupo, tornando assim o Nubank uma das instituições com maior número de chaves registradas.

DESTAQUES FINANCEIROS

a. Receitas e despesas de intermediação financeira

A Companhia encerrou o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 com um total de R\$2.076.667 e R\$3.946.959, respectivamente, de receita de intermediação financeira (R\$2.471.732 no exercício de 2019). As despesas de intermediação financeira totalizaram R\$877.942 e R\$1.485.410, respectivamente, no semestre e exercício findos em 2020 (R\$806.145 no exercício de 2019). O crescimento no exercício de 59,7% das receitas e 84,3% das despesas de intermediação financeira, em comparação com o exercício anterior, é principalmente decorrente do crescimento na base de clientes, que passou de aproximadamente 19,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para 33 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de mais de 60%.

As receitas de operações de crédito, compostas principalmente pela receita com juros de cartão de crédito, somou no final do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$400.509 e R\$1.107.142, respectivamente, que representam uma queda de 43,3% em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e um aumento de 15,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As operações de cartão de crédito que sofrem incidência de juros, tais como crédito rotativo, parcelamento de faturas e atraso de pagamento passaram a ser transferidas à controlada Nu Financeira ao longo do segundo semestre de 2020, portanto, o resultado das operações estão sendo reconhecidos integralmente na sua subsidiária Nu Financeira.

A receita de tarifas e similares, composta principalmente pela receita de intercâmbio gerada através da utilização dos cartões em compras, somou no final do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$1.567.357 e R\$2.468.888, respectivamente, que representam um crescimento de 73,9% em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e um crescimento de mais de 120% ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A receita de anuidade do programa de Rewards, componente da receita de tarifas e similares, somou no final do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$67.560 e R\$141.911, respectivamente, as quais representam uma queda de 9,1% em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e um aumento de 50,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, enquanto a despesa com a utilização dos pontos do programa, componente da despesa com tarifas e similares, somou no final do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$78.723 e R\$152.964, respectivamente, que representam um crescimento de 6,0% em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e crescimento de 78,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Novas funcionalidades disponibilizadas durante o ano de 2020 no programa Rewards, como o uso de pontos para apagar despesas de supermercado e opção de cashback, aumentaram a utilização dos pontos, além de campanhas como a do Pessoas Primeiro.

A despesa de juros e similares, composta principalmente pela remuneração dos depósitos da Conta do Nubank, somou no final do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$137.116 e R\$287.518, respectivamente, que representam uma queda de 8,8% em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e queda de 24,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Apesar do aumento de clientes utilizando a Conta do Nubank e do maior volume de operações renegociadas, as consecutivas quedas da taxa de juros observadas durante o ano de 2020 foram as principais responsáveis pela redução de despesas de juros e similares.

A despesa com tarifas e similares, compostas pelas despesas com a manutenção de contas, despesas do sistema financeiro, despesas com recarga de celular e a despesa com rewards, geradas através das transações com a Conta do Nubank e com o cartão de crédito, somou no final do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$754.384 e R\$1.137.503, respectivamente, que representam um crescimento de 96,9% em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e crescimento de 165,2% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outro destaque das receitas e despesas de tarifas é o resultado de Recarga de Celular, produto ofertado desde o segundo semestre de 2019 e cuja receita e despesa passaram, respectivamente, de R\$147.119 e R\$127.425 no primeiro semestre de 2020 (exercício de 2019 - R\$10.985 e R\$9.513 para a receita e despesa, respectivamente) para R\$459.419 e R\$397.886 no segundo semestre de 2020 (exercício de 2020 - R\$606.538 e R\$525.311 para a receita e despesa, respectivamente).

b. Carteira de cartão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de recebíveis das transações de cartão de crédito encerrou o exercício de 2020 com o saldo de R\$15.621.136, um crescimento de 28,8% em relação ao exercício de 2019, quando registrou-se o valor de R\$12.132.215. No final do exercício de 2020, houve transferência de parte da carteira ativa de cartões de crédito para sua controlada Nu Financeira.

Adicionalmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito encerrou o exercício de 2020 com o saldo de R\$991.585, representando um aumento de 9,9% se comparado ao montante da provisão constituída em 31 de dezembro de 2019, e uma queda de 1,1% em relação a cobertura da carteira, passando de 7,4% em 31 de dezembro de 2019 para 6,3% em 31 de dezembro de 2020.

c. Depósitos

A linha de depósitos, que corresponde aos depósitos dos clientes na Conta do Nubank, encerrou o exercício de 2020 com o saldo de R\$5.363.544, representando um aumento de 0,5% se comparado ao exercício de 2019. A pequena variação em relação ao exercício de 2019 ocorreu devido a migração da captação dos depósitos via conta de pagamento para o instrumento de RDB, emitido pela empresa controlada Nu Financeira, que durante o exercício de 2020 aumentou em R\$18.060.833 sua base de depósitos a prazo.

d. Aumento de capital e política de destinação de lucros

Em julho de 2020 a assembléia geral deliberou o novo aumento de capital no montante de R\$529.850, o qual foi aprovado pelo BACEN no dia 6 de agosto de 2020. Com isso, a Companhia encerrou o exercício de 2020 com um capital social de R\$2.087.260.

Em relação à destinação do lucro líquido, quando houver, o estatuto social da Companhia estabelece que deverá ser destinado pela assembléia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

e. Investimentos

Durante o exercício de 2020, foram realizados aportes de capital em empresas controladas com o objetivo de suportar e consolidar o aumento das operações do Grupo.

Em 2020, a Nu Pagamentos realizou aumentos de capital em algumas de suas controladas, sendo a mais relevante o aumento total na Nu Financeira de R\$714.925.

Com o objetivo de ampliar o portfólio de produtos para os clientes do Nubank, foram criadas em 2020 duas sociedades controladas:

(i) a Nu Produtos Ltda. (“Nu Produtos”), a qual terá como objetivo realizar a prestação de atividades auxiliares de seguro e previdência complementar. Em setembro de 2020, a Companhia efetuou aporte inicial de capital de R\$10.000 na controlada Nu Produtos; e

(ii) a Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Nu DTVM”) (Controlada indireta), a qual terá como objetivo distribuir fundos de investimento do Nubank e também de terceiros; ofertar instrumentos financeiros de renda fixa e variável; e também prover serviço de custódia de ativos. No dia 23 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a autorização para funcionamento da Nu DTVM pelo BACEN.

Em 11 de setembro de 2020, o Nubank anunciou a aquisição das empresas integrantes da plataforma de investimentos Easynvest.

A Easynvest possui na data da compra, 1,5 milhões de clientes, e cerca de R\$24 bilhões de ativos sob custódia e mais de 400 opções de investimentos, sendo a maior corretora independente a dar autonomia para as pessoas realizarem seus investimentos, além de buscar democratização do acesso a serviços financeiros no país.

A conclusão dessa aquisição ocorrerá após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

SUSTENTABILIDADE

O Nubank nasceu digital, com foco em eficiência, e sempre comprometido a ter uma operação com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Motivado por isso, em setembro de 2020, as Companhias do Grupo zeraram a emissão de carbono de toda a sua história. Através de projetos no Brasil e no México, foram gerados créditos de carbono que compensaram nossas emissões.

Um crédito de carbono geralmente é medido em tonelada de CO₂ que deixa de ser gerado pelo uso de energia limpa, por evitar o desmatamento, por reflorestamento, substituição de combustíveis, entre outras ações.

Esses créditos, então, são comprados por empresas que desejam neutralizar sua emissão de carbono. Para isso, elas calculam quantas toneladas de CO₂ emitiram por meio de suas atividades e compram os créditos equivalentes.

PANDEMIA COVID-19: AÇÕES

O Nubank realizou uma série de iniciativas visando garantir a saúde de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes em resposta à expansão do COVID-19.

A Companhia foi uma das primeiras empresas brasileiras a rapidamente transacionar para o modelo de trabalho remoto de todos os funcionários, que eram 2.500 funcionários à época, incluindo o envio de computadores, monitores, teclados e até mesmo cadeiras ergonômicas, garantindo a saúde de seus funcionários e que as operações se mantivessem com o mesmo nível de qualidade. Em decorrência do sucesso deste modelo, foi possível continuar contratando, globalmente, novos funcionários.

Para os clientes, foi desenhado um plano que pudesse auxiliá-los em outras esferas que vão além da gestão de suas finanças. Houve direcionamento da verba de marketing e outros ganhos de eficiência, à campanha “Pessoas Primeiro” para atender a pedidos específicos de clientes com apoio para compras em supermercado, consumo em restaurantes, medicina e assistência psicológica. Além disso, as condições de refinanciamento para pagamento da fatura de cartão de crédito e de clientes que contraíram crédito pessoal foram flexibilizadas, com políticas de taxa de juros menores e com prorrogação de vencimentos.

O Nubank também foi responsável por auxiliar mais de 500 mil clientes a receberem diretamente o auxílio emergencial de 600 reais do governo federal, totalizando mais de 407 milhões de reais em repasses.

A Companhia criou ainda uma nova função no aplicativo para que clientes possam contribuir com a luta contra a COVID-19 através de doações para destinação a diversas instituições que estão atuando ativamente no combate à pandemia.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, a Companhia prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo prazo para o pós-crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 26 de Fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in dark ink, reading 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive style with a large initial 'R'.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balancos patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.533.722	1.712.157
Disponibilidades		234.574	560.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.299.148	1.151.997
Instrumentos financeiros		23.538.263	18.440.500
Títulos e valores mobiliários	6	7.514.995	6.307.676
Instrumentos financeiros derivativos	7	150	241
Relações interfinanceiras	12	401.982	368
Operações de cartão de crédito	8	15.621.136	12.132.215
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(991.585)	(902.394)
Outros créditos	9	903.479	694.787
Créditos tributários	22	463.232	363.161
Investimentos em participações em controladas	10	790.503	108.207
Imobilizado de uso		66.253	44.849
Intangível		27.914	5.094
Depreciações e amortizações		(27.254)	(12.732)
Total do Ativo		27.304.527	20.453.629
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		25.084.802	18.944.322
Depósitos	11	5.363.544	5.339.315
Relações interfinanceiras	12	17.633.253	12.007.466
Obrigações por empréstimos	13	254.696	387.194
Obrigações por operações vinculadas a cessões	14	1.831.405	1.206.490
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.904	3.857
Outras obrigações	15	558.213	334.949
Provisões legais	16	85.608	84.444
Receita diferida		130.113	85.258
Obrigações fiscais diferidas	22	7.510	2.814
Total do Passivo		25.866.246	19.451.787
Patrimônio líquido		1.438.281	1.001.842
Capital social	18	2.087.260	1.557.410
Reservas de capital	18	243.989	104.275
Outros resultados abrangentes		7.186	(61)
(-) Prejuízos acumulados		(900.154)	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		27.304.527	20.453.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira	19	2.076.667	3.946.959	2.471.732
Receita de operações de crédito		400.509	1.107.142	960.535
Receita de tarifas e similares		1.567.357	2.468.888	1.111.730
Resultado de títulos e valores mobiliários		87.461	222.949	407.200
Resultado de negociação de derivativos		21.340	147.980	(7.733)
Despesas de intermediação financeira	20	(877.942)	(1.485.410)	(806.145)
Despesa de juros e similares		(137.116)	(287.518)	(382.653)
Despesa com tarifas e similares		(754.384)	(1.137.503)	(428.932)
Variação cambial		13.558	(60.389)	5.440
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		1.198.725	2.461.549	1.665.587
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(246.799)	(593.042)	(672.830)
Resultado de intermediação financeira		951.926	1.868.507	992.757
Outras receitas/despesas operacionais	21	(1.132.258)	(2.168.442)	(1.435.090)
Outras despesas relacionadas a crédito		(121.282)	(252.402)	(278.751)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(241.552)	(494.595)	(284.416)
Despesas de pessoal		(358.607)	(653.058)	(340.295)
Despesas tributárias		(205.519)	(350.293)	(190.819)
Despesas de provisões legais		(411)	(1.164)	(485)
Outras despesas administrativas		(190.437)	(363.370)	(338.731)
Resultado de participações em controladas		(7.366)	(46.145)	(21.087)
Outras receitas operacionais		16.165	36.792	69.434
Outras despesas operacionais		(23.249)	(44.207)	(49.940)
Resultado antes de tributos e participações		(180.332)	(299.935)	(442.333)
Tributos e participações	22	39.970	59.563	129.632
Provisão para imposto de renda		254	(25.295)	(11.220)
Provisão para contribuição social		358	(15.324)	(6.987)
Imposto fiscal diferido		39.358	100.182	147.839
Resultado líquido		(140.362)	(240.372)	(312.701)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,58)	(0,99)	(1,99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	
		2º semestre	Exercício
Resultado líquido		(140.362)	(240.372)
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	6	5.148	11.274
Variação de valor justo		8.720	18.730
Variação de valor justo - reflexa de controlada		(164)	37
Imposto diferido		(3.408)	(7.493)
Hedge de Fluxo de Caixa	7	(24.247)	(4.027)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo		(11.415)	37.819
(Ganhos) / Perdas transferidos ao resultado		(28.998)	(44.532)
Imposto diferido		16.166	2.686
Total de Outros resultados abrangentes		(19.099)	7.247
Resultado abrangente líquido		(159.461)	(233.125)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2018		1.368.171	86.197	-	(379.174)	1.075.194
Aumento de capital	18	189.239	-	-	-	189.239
Outorgas de plano de ações	18	-	49.696	-	-	49.696
Outorgas de plano de ações - Controladas	18	-	475	-	-	475
Avaliação de opções de ações		-	(32.093)	-	32.093	-
Ajuste de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos		-	-	(61)	-	(61)
Resultado do exercício		-	-	-	(312.701)	(312.701)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Mutações no período		189.239	18.078	(61)	(280.608)	(73.352)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Aumento de capital	18	529.850	-	-	-	529.850
Outorgas de plano de ações	18	-	136.534	-	-	136.534
Outorgas de plano de ações - Controladas	18	-	3.180	-	-	3.180
Ajuste de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos		-	-	(4.027)	-	(4.027)
Ajuste de avaliação patrimonial - marcação a mercado		-	-	11.237	-	11.237
Ajuste de avaliação patrimonial - marcação a mercado reflexa de controlada		-	-	37	-	37
Resultado do exercício		-	-	-	(240.372)	(240.372)
Saldo em 31/12/2020		2.087.260	243.989	7.186	(900.154)	1.438.281
Mutações no período		529.850	139.714	7.247	(240.372)	436.439
Saldo em 30/06/2020		1.557.410	153.376	26.285	(759.792)	977.279
Aumento de capital	18	529.850	-	-	-	529.850
Outorgas de plano de ações	18	-	90.057	-	-	90.057
Outorgas de plano de ações - Controladas	18	-	556	-	-	556
Resultados abrangentes - instrumentos financeiros derivativos		-	-	(24.247)	-	(24.247)
Ajuste de avaliação patrimonial - marcação a mercado		-	-	5.312	-	5.312
Ajuste de avaliação patrimonial - marcação a mercado reflexa de controlada		-	-	(164)	-	(164)
Resultado do semestre		-	-	-	(140.362)	(140.362)
Saldo em 31/12/2020		2.087.260	243.989	7.186	(900.154)	1.438.281
Mutações no período		529.850	90.613	(19.099)	(140.362)	461.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>Nota</u>	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre/exercício		(140.362)	(240.372)	(312.701)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação/amortização	21	7.775	14.067	7.088
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	8	314.187	692.520	747.009
Resultado com tributos diferidos	22	(39.358)	(100.182)	(147.839)
Resultado de participação em controladas	21	7.366	46.145	21.087
Despesas de provisões legais	21	411	1.164	485
Varição de valor justo de títulos e valores mobiliários		147	1.873	(4.444)
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		1.560	(1.862)	3.613
Ajuste de marcação a mercado hedge de fluxo de caixa		(40.413)	(6.713)	(100)
Varição cambial de obrigações por empréstimos		(13.588)	69.266	(4.234)
Juros de obrigações por empréstimos	13	7.173	16.623	14.924
Juros de obrigações vinculadas a cessão	14	44.814	81.338	70.652
Plano de ações		90.057	136.534	49.696
Outros ajustes		28	(7.566)	1.225
Resultado ajustado		239.797	702.835	446.461
(Aumento)/redução líquido de ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários para negociação		(2.545.140)	(1.208.728)	(3.337.883)
Operações de cartão de crédito		(3.778.634)	(4.092.250)	(5.683.323)
Relações interfinanceiras		(386.050)	(401.614)	(368)
Outros créditos		(173.826)	(208.237)	(413.780)
Aumento/(redução) líquido de passivos operacionais:				
Depósitos		1.260.853	24.229	2.903.295
Relações interfinanceiras		5.537.709	5.625.787	5.508.890
Outras obrigações		149.865	264.302	183.232
Receita diferida		37.202	44.855	43.299
Pagamento de juros		(184.827)	(232.910)	(76.519)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(14.550)	(41.038)	(13.636)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		142.399	477.231	(440.332)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Varição líquida de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(316.500)	18.266	(37.548)
Aquisição de ativo imobilizado		(8.235)	(22.149)	(17.737)
Aquisição de ativo intangível		(14.778)	(23.480)	(3.143)
Baixa de ativo imobilizado		651	745	4.564
Baixa de ativo intangível		660	660	-
Aumento de capital em controladas	9	(525.225)	(725.225)	(50.640)
Redução de capital em investidas	9	-	-	4.443
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		(863.427)	(751.183)	(100.061)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de obrigações vinculadas a cessão	14	1.200.000	1.200.000	1.000.000
Aumento de capital		529.850	529.850	189.239
Pagamento de principal de obrigações vinculadas a cessão	14	(357.925)	(437.017)	(93.837)
Aumento de obrigações por empréstimos	13	-	-	499.499
Pagamento de principal de obrigações por empréstimos	13	(107.500)	(204.883)	(308.381)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		1.264.425	1.087.950	1.286.520
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10	1.990.350	1.712.157	967.255
Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		25	7.567	1.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	10	2.533.722	2.533.722	1.712.157
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		543.397	813.998	746.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nu Pagamentos”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia faz parte do Nubank (ou “Grupo”), que é liderado no Brasil pela Companhia e que possui como controladora final a entidade Nu Holdings Ltd (“Nu Holdings”).

A Nu Pagamentos tem por objeto as atividades de emissão e administração de cartões de créditos e de programa de fidelidade, a transferência de pagamentos pós-pagos, créditos digitais (recarga de celular) e a gestão de conta de pagamento pré-pago, assim como a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. A Companhia possui como principais produtos: (i) o cartão de crédito internacional com a bandeira Mastercard, controlado por meio de aplicativo para *smartphones*, e que possui o programa de pontos Nubank Rewards e (ii) a Conta do Nubank, uma conta de pagamento 100% digital, sem tarifas, com remuneração de 100% da taxa DI, transferências entre contas do Nubank, Pix e TEDs para todos os bancos, pagamento de boletos, saques através da rede de caixas eletrônicos 24 horas, recarga de celular e função débito.

O plano de negócio da Companhia prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões, e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia foi constituída em maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Em maio de 2017, a Nu Pagamentos foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e, em julho de 2019, foi autorizado para prestar serviços de pagamento relativo à modalidade de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Em novembro de 2018, a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Nu Financeira”), subsidiária integral da Companhia, foi autorizada a operar na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, pelo BACEN.

Em setembro de 2020, a Companhia efetuou aporte inicial de capital de R\$10.000 na controlada Nu Produtos Ltda.

Em dezembro de 2020, a Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Nu DTVM”), subsidiária indireta da Companhia, foi autorizada a operar na forma de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, pelo BACEN.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 26 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado

A Resolução nº 2 do BACEN, de 12 de agosto de 2020 estabeleceu critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicados prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2021 que alteraram de forma relevante a apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados nesta demonstração financeira para fins comparativos, estão sendo reapresentados, além da inclusão da apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a qual a Companhia optou pela apresentação prospectiva. Não houve alteração no saldo total do ativo, patrimônio líquido e resultado líquido do exercício reapresentado. Em decorrência das alterações nas linhas do Balanço Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração do Fluxo de caixa para o referido período está sendo reapresentada.

Balanco patrimonial

	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	1.712.157	1.712.157
Disponibilidades.....	560.160	-	560.160
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	1.151.997	-	1.151.997
Instrumentos financeiros.....	-	18.440.500	18.440.500
Títulos e valores mobiliários e derivativos.....	6.307.676	(6.307.676)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	6.307.676	6.307.676
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	241	241
Relações interfinanceiras.....	368	-	368
Operações de cartão de crédito.....	-	12.132.215	12.132.215
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(902.394)	(902.394)
Outros créditos.....	12.246.537	(11.551.750)	694.787
Outros valores e bens.....	41.472	(41.472)	-
Créditos tributários.....	-	363.161	363.161
Investimentos em participações em controladas.....	108.208	(1)	108.207
Imobilizado de uso.....	32.736	12.113	44.849
Intangível.....	4.475	619	5.094
Depreciações e amortizações.....	-	(12.732)	(12.732)
Total do Ativo.....	20.453.629	-	20.453.629
	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	-	18.944.322	18.944.322
Depósitos.....	5.339.315	-	5.339.315
Relações interfinanceiras.....	11.971.391	36.075	12.007.466
Obrigações por empréstimos.....	387.194	-	387.194
Obrigações por operações vinculadas a cessões.....	-	1.206.490	1.206.490
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	3.857	3.857
Outras obrigações.....	1.668.629	(1.333.680)	334.949
Provisões legais.....	-	84.444	84.444
Receita diferida.....	-	85.258	85.258
Obrigações fiscais diferidas.....	-	2.814	2.814
Resultados de exercícios futuros.....	85.258	(85.258)	-
Patrimônio líquido.....	1.001.842	-	1.001.842
Capital social.....	1.557.410	-	1.557.410
Reservas de capital.....	104.275	-	104.275
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(61)	61	-
Outros resultados abrangentes.....	-	(61)	(61)
(-) Prejuízos acumulados.....	(659.782)	-	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido.....	20.453.629	-	20.453.629

A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Houve ainda a adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

- Caixa e equivalentes de caixa - agrupamento de Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Instrumentos financeiros - agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Relações interfinanceiras, Operações de cartão de crédito e Instrumentos financeiros derivativos;
- Depósitos e demais instrumentos financeiros - agrupamento de Depósitos, Relações interfinanceiras, Obrigações por empréstimos, Obrigações por operações vinculadas a cessões e Instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração do resultado

	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
	(Originalmente		(Reapresentado)
	apresentado)		
Receitas de intermediação financeira	528.868	1.942.864	2.471.732
Receita de operações de crédito	-	960.535	960.535
Operações de crédito	74.179	(74.179)	-
Receita de tarifas e similares	-	1.111.730	1.111.730
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	407.200	407.200
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	407.200	(407.200)	-
Resultado de negociação de derivativos	-	(7.733)	(7.733)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(7.733)	7.733	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	55.222	(55.222)	-
Despesas de intermediação financeira	(841.372)	35.227	(806.145)
Despesa de juros e similares	-	(382.653)	(382.653)
Operações de empréstimos e repasses	(15.013)	15.013	-
Despesa com tarifas e similares	-	(428.932)	(428.932)
Variação cambial	-	5.440	5.440
Resultado de operações de câmbio	(5.432)	5.432	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(73.918)	73.918	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(747.009)	747.009	-
Resultado de intermediação financeira			
antes da provisão para perdas esperadas	-	1.665.587	1.665.587
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(672.830)	(672.830)
Resultado de intermediação financeira	(312.504)	1.305.261	992.757
Outras receitas/despesas operacionais	(131.036)	(1.304.054)	(1.435.090)
Receitas de prestação de serviços	940.305	(940.305)	-
Rendas de tarifas bancárias	102.043	(102.043)	-
Outras despesas relacionadas a crédito	-	(278.751)	(278.751)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	-	(284.416)	(284.416)
Despesas de pessoal	(340.226)	(69)	(340.295)
Despesas tributárias	(190.779)	(40)	(190.819)
Resultado de participações em controladas	(21.087)	-	(21.087)
Despesas de provisões legais	-	(485)	(485)
Outras despesas administrativas	(1.026.463)	687.732	(338.731)
Outras receitas operacionais	1.057.513	(988.079)	69.434
Outras despesas operacionais	(652.342)	602.402	(49.940)
Resultado operacional	(443.540)	443.540	-
Resultado não operacional	1.207	(1.207)	-
Resultado antes de tributos e participações	(442.333)	-	(442.333)
Tributos e participações	129.632	-	129.632
Resultado líquido	(312.701)	-	(312.701)

- As “Outras receitas operacionais”, que eram compostas por “Rendas com CCBs adquiridos”, “Variação cambial positiva” e “Outras receitas operacionais”, foram reclassificadas, conforme avaliação da Companhia perante a natureza destas operações, para outras linhas como “Receita de operações de crédito”, “Receita de tarifas e similares” e algumas se mantiveram em “Outras receitas operacionais”;
- As “Receitas de prestação de serviços” e “Rendas de tarifas bancárias”, foram reclassificadas para a linha de “Receita de tarifas e similares”, conforme avaliação da Companhia perante a natureza destas operações;
- As “Despesas de intermediação financeira” foram reapresentadas para melhor demonstrar sua natureza, passando de “Operações de captação no mercado” e “Operações de empréstimos e repasses” para “Despesa de juros e similares” e “Despesa com tarifas e similares”;
- Foram adicionadas as linhas “Outras despesas relacionadas a crédito”, “Despesas de infraestrutura e processamento de dados” e “Provisões”, para melhor apresentar as outras receitas/despesas operacionais, principalmente aquelas que se encontravam em “Outras despesas administrativas” e “Outras despesas operacionais”;
- Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada anterior ao “Resultado de intermediação Financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular no 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura. Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(i) Contabilidade de hedge

A Companhia aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição à alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os instrumentos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). A Companhia aplica somente a contabilidade de hedge de fluxo de caixa.

(ii) Contabilização do hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos hedges de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Quando um instrumento de hedge expira ou é vendido, ou quando um hedge não mais atende aos critérios de contabilização de hedge, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi reconhecido no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. A Companhia está exposta ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de cartão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de cartão de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínimo requerido. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da Companhia, levando em consideração as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão mínima) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos de perda esperada, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Cessões de crédito

A Companhia realiza captações através de cessões de créditos lastreados em recebíveis de cartão de crédito e de transações de pagamento. Estas cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

A Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes e, desta forma, esses instrumentos financeiros continuam a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras.

h. Outros créditos

Além de outros valores a receber, a rubrica “Outros créditos” no Balanço Patrimonial é composta substancialmente por:

Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes a custos para originação de operações de cartão de crédito, sendo os mais relevantes os custos de emissão de cartões. Os custos de emissão de cartões são amortizados utilizando a curva de sobrevivência com base na expectativa da vida útil do cartão.

Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidação futura de serviços ou produtos entre a Companhia e suas contrapartes, que podem ser terceiros ou partes relacionadas.

i. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, principalmente sistemas de software, são capitalizados a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar, entre outras, sua viabilidade técnica, intenção de conclusão, capacidade de uso e pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, o imobilizado e os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis do ativo imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis devem ser reduzidos pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorre. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida, relativa ao ativo imobilizado, pode ser revertida parcial ou totalmente quando uma mudança nas circunstâncias leva a uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado. O valor contábil do imobilizado somente será aumentado até o valor que teria sido se a redução ao valor recuperável original não fosse reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras.

k. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

l. Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na Conta do Nubank, que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga cuja remuneração é de 100% do CDI e é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard relativos às operações de cartões de crédito e a outros sistemas de liquidação.

n. Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros e/ou com partes relacionadas, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

o. Receita diferida

Entende-se como receita diferida as receitas correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), cuja apropriação como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

A Companhia possui um programa de recompensa para seus clientes de cartão de crédito chamado “Nubank Rewards”. O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com a utilização do cartão de crédito na proporção de R\$1,00 (um Real) igual a 1 ponto. O número de pontos gerados pode ser maior para transações com algumas empresas parceiras ou para transações que atendem às pré-condições do Nubank. Os pontos não expiram e não há limite para a quantidade de recompensas que um membro elegível do cartão pode ganhar. O resgate dos pontos é realizado mediante a compensação dos pontos com compras feitas pelo usuário em várias categorias de despesas, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte e música, ou através de cashback.

O valor financeiro estimado desses pontos inicialmente reduz a receita de intercâmbio e é apresentado como receita diferida. A receita é transferida para o resultado quando os pontos são resgatados pelos clientes.

p. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

q. Pagamentos baseado em ações

O Grupo mantém um plano de incentivos de longo prazo, estruturado por meio de outorga de opções de ações (“SOPs”), Restricted Stock Units (“RSUs”) e outras transações com pagamento baseado em ações vinculadas às condições de mercado. O objetivo é proporcionar aos colaboradores do Grupo a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, criando um maior alinhamento dos interesses dos colaboradores chave com os dos acionistas e permitindo ao Grupo atrair e reter colaboradores chave. Esses pagamentos com base em ações são classificados como transações de pagamento com base em ações liquidadas com ações.

As despesas com pagamentos baseados em ações são registradas com base no valor justo na data da concessão, que é estimado por meio de diferentes modelos de avaliação. É necessário julgamento significativo ao determinar as entradas no modelo de valor justo. Os valores justos dos SOPs, RSUs e das outras transações concedidas são reconhecidos como uma despesa durante o período em que são adquiridos (durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos e determinados requisitos devem ser atendidos). Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo para SOPs e RSUs e às condições de mercado das outras transações. O Grupo reconhece as despesas de forma acelerada considerando os tranches individuais de aquisição dos SOPs e RSUs.

O Grupo revisa sua estimativa do número de SOPs e RSUs que serão adquiridos com base na experiência histórica pelo menos uma vez por ano. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido. O período de aquisição esperado das outras transações não é revisado subsequentemente e as despesas são registradas independentemente de essa condição de mercado ser satisfeita.

r. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente originam-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

s. Resultado por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer julgamentos, estimativas e premissas da administração que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; e as estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia reconhece provisão complementar para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito adicionais a provisão mínima com base nos critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tal provisão representa as melhores estimativas da administração referente às perdas esperadas na data dessas demonstrações financeiras.

A administração realiza análise nas sua carteira de crédito para determinar indícios de redução no valor recuperável e para avaliar a adequação da provisão com base em tendências históricas e atuais, bem como outros fatores que afetam as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principais julgamentos

Os principais julgamentos realizados pela administração em vista da provisão complementar:

- a) Definição de inadimplência
- b) Estimativas e informações prospectivas
- c) Probabilidade de inadimplência
- d) Valor esperado da exposição no momento da inadimplência
- e) Valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência
- f) Perda de crédito final, dado o evento da inadimplência

A análise de sensibilidade para a probabilidade de inadimplência em função de mudanças nos cenários macroeconômicos, crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, está apresentada na Nota 24(f).

b. Pagamento baseado em ação

O Grupo mensura os custos das transações com colaboradores elegíveis a pagamentos baseados em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A estimativa do valor justo das transações de pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições de cada outorga. Esta estimativa também requer a determinação dos dados mais adequados para as opções e modelos de avaliação das RSUs para determinar o valor justo das ações ordinárias, incluindo a vida útil esperada, volatilidade e rendimento de dividendos para o modelo Black-Scholes aplicado aos SOPs, cumprimento das condições de mercado para outras transações com pagamento baseado em ações, taxas de desconto e descontos pela falta de comercialização para RSUs.

Principais julgamentos

Os valores justos das opções de compra de ações e RSUs levam em consideração, entre outras coisas, os termos do contrato e dados observáveis de mercado, que incluem uma série de fatores e julgamentos da administração, conforme divulgado acima. Ao exercer esse julgamento, uma variedade de ferramentas é usada, incluindo dados observáveis comparáveis, dados históricos e técnicas de extrapolação. As técnicas de extrapolação consideram as características comportamentais dos mercados de ações que foram observados ao longo do tempo e para os quais há um forte argumento para apoiar a expectativa de uma tendência contínua no futuro. As estimativas são calibradas para preços de mercado observáveis quando se tornam disponíveis.

O Grupo acredita que seus métodos de avaliação são apropriados e consistentes com os de outros participantes do mercado. No entanto, o uso de diferentes métodos de avaliação ou premissas, incluindo imprecisão na estimativa de dados de mercado não observáveis, para determinar o valor justo dos SOPs, RSUs e das outras transações com pagamento baseado em ações pode resultar em diferentes estimativas de valor justo.

c. Provisão legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os casos que representem perdas com uma provável saída de recursos para a liquidação. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões anteriores de tribunais e seu significado jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos.

Principais julgamentos

A provisão representa principalmente a melhor estimativa da administração da responsabilidade futura da Companhia em relação a reclamações cíveis e trabalhistas. É necessário um julgamento significativo por parte da administração para determinar as premissas adequadas, que incluem o nível de reclamações que se espera receber, daquelas, o número que será mantido e corrigido (refletindo as responsabilidades legais e regulatórias, incluindo a determinação da responsabilidade e o efeito de a barra de tempo). A complexidade de tais assuntos frequentemente requer a assistência de profissionais especializados para auxiliar nas avaliações para produzir estimativas.

O valor que é reconhecido como uma provisão também pode ser suscetível às premissas assumidas no cálculo. Isso dá origem a uma ampla gama de resultados potenciais que requerem julgamento na determinação de um nível de provisão apropriado. A Companhia acredita que os seus métodos de avaliação dos passivos contingentes são adequados e consistentes ao longo dos períodos. A administração acredita que, devido à quantidade atual de perdas e ao valor total envolvido, caso utilizasse premissas diferentes das atualmente utilizadas, não ocorreria impacto material na provisão.

d. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado pelo Grupo por meio de técnicas de avaliação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado.

Principais julgamentos

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou parâmetros de mercado observáveis. Quando os preços cotados e os dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, o julgamento da administração é necessário para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como redução da liquidez nos mercados de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dados observáveis usados para determinar o valor justo. O julgamento significativo da administração pode ser requerido para determinar se certos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. Para essa determinação, o Grupo considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado utilizam para mensurar o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados de mercado observáveis, indicadores de liquidez e nível de atividade do mercado, e a compreensão das técnicas de avaliação e dados significativos usados.

Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, os julgamentos são feitos em relação à importância das entradas do Nível 3 para a medição do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 forem considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo de determinação do valor justo por meio dos dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

Mais informações sobre os *inputs* relevantes não observáveis e outras informações estão divulgadas na nota 23.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Disponibilidades

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa.....	33	152
Banco - conta movimento.....	151.520	488.924
Outras reservas livres.....	48.512	61.919
Disponibilidades em moeda estrangeira.....	34.509	9.165
Total	234.574	560.160

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>0 - 30</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada	2.299.148	2.299.148	395.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	1.120.210	1.120.210	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.000.137	1.000.137	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	178.801	178.801	395.999
Vinculados a saldos em conta pré paga	-	-	755.998
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	-	-	377.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	377.999
Total	2.299.148	2.299.148	1.151.997

As aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Companhia são *overnight*, desta forma a Companhia não possui aplicações interfinanceiras de longo prazo.

A taxa média das aplicações compromissadas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial de juros ("DI").

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria.....	592.491	656.648
Vinculado a saldos em conta pré paga.....	6.822.735	5.149.446
Vinculado a prestação de garantia.....	99.769	501.582
Total	7.514.995	6.307.676
Circulante.....	7.408.768	5.869.740
Não circulante.....	106.227	437.936

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	31/12/2020				31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	575.149	592.491	348.290	141.823	102.378	656.648
Para negociação	148.348	148.384	-	141.823	6.561	559.779
Disponível para venda	426.801	444.107	348.290	-	95.817	96.869
Vinculado a saldos em conta pré-paga	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	5.149.446
Para negociação	6.823.311	6.822.735	-	4.995.858	1.826.877	5.149.446
Vinculado à prestação de garantias	98.357	99.769	10.410	89.230	129	501.582
Para negociação	89.371	89.359	-	89.230	129	144.398
Disponível para venda	8.986	10.410	10.410	-	-	357.184
Total	7.496.817	7.514.995	358.700	5.226.911	1.929.384	6.307.676

b. Para negociação

	31/12/2020				31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor de Mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado	
Carteira própria	148.348	148.384	141.823	6.561	559.779	
Títulos públicos - Brasil	54.194	54.230	53.157	1.073	305.977	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	304.899	
Letras Financeiras do Tesouro	53.164	53.157	53.157	-	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.030	1.073	-	1.073	1.078	
Títulos privados	94.154	94.154	88.666	5.488	253.802	
Certificados de depósitos bancários (i)	94.154	94.154	88.666	5.488	253.802	
Vinculados a saldos em conta pré-paga	6.823.311	6.822.735	4.995.858	1.826.877	5.149.446	
Títulos públicos - Brasil	6.823.311	6.822.735	4.995.858	1.826.877	5.149.446	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	163.066	
Letras Financeiras do Tesouro	6.823.311	6.822.735	4.995.858	1.826.877	4.986.380	
Vinculados a prestação de garantias	89.371	89.359	89.230	129	144.398	
Títulos públicos - Brasil	89.246	89.234	89.230	4	142.662	
Letras do Tesouro Nacional	89.242	89.230	89.230	-	120.611	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	22.047	
Notas do Tesouro Nacional	4	4	-	4	4	
Títulos privados	125	125	-	125	1.736	
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	1.736	
Letras de câmbio	117	117	-	117	-	
Recibos de depósitos bancários	8	8	-	8	-	
Total	7.061.030	7.060.478	5.226.911	1.833.567	5.853.623	

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e recibos de depósitos bancários (RDB) pós fixados. A administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

c. Disponíveis para venda

	31/12/2020				31/12/2019	
	Custo amortizado	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	426.801	444.107	348.290	-	95.817	96.869
Cotas de fundos de investimento	426.801	444.107	348.290	-	95.817	96.869
Cotas de fundos de investimento (i)	426.801	444.107	348.290	-	95.817	96.869
Vinculados a prestação de garantias	8.986	10.410	10.410	-	-	357.184
Cotas de fundo de investimento	8.986	10.410	10.410	-	-	356.144
Cotas de fundos de investimento (i)	8.986	10.410	10.410	-	-	356.144
Títulos privados	-	-	-	-	-	1.040
Letra de câmbio	-	-	-	-	-	114
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-	-	926
Total	435.787	454.517	358.700	-	95.817	454.053

(i) Refere-se majoritariamente à aplicação em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, que investe principalmente em títulos soberanos brasileiros com rendimento de 89,5% do DI. Adicionalmente, a Companhia possui quotas de fundos de investimento onde a Companhia assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, e que são divulgados como partes relacionadas, conforme apresentado na Nota 17. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgada pelos administradores do fundo.

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são um ganho de R\$8.720 e R\$18.730 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e R\$0 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	2.436.239	551.746	9.182	2.997.167	3.195.049
Taxa de juros	1.863.882	551.746	9.182	2.424.810	2.673.789
Moeda estrangeira	572.357	-	-	572.357	521.260
Total	2.436.239	551.746	9.182	2.997.167	3.195.049

b. Valores a receber e a pagar de contratos de futuros por fator de risco

	31/12/2020		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	2.424.810	9	21
Futuro - DI	2.424.810	9	21
Moeda estrangeira	572.358	141	1.883
Futuro - Dólar	572.358	117	1.883
Futuro - Euro	-	24	-
Total	2.997.167	150	1.904

	31/12/2019		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	2.673.789	241	1.178
Futuro - DI	2.673.789	241	1.178
Moeda estrangeira	521.260	-	2.679
Futuro - Dólar	508.840	-	2.636
Futuro - Euro	12.420	-	43
Total	3.195.049	241	3.857

Os contratos de futuros são negociados na bolsa de valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$89.177 (R\$142.658 em 2019) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Análise dos derivativos designados como hedge de fluxo de caixa

Hedge de risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas de infraestrutura e processamento de dados contratados.

A Companhia administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação a movimentos em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada.

A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nominais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de hedge. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de hedge e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continua provável. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e os derivativos contratados.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	(61)	-
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em Outros resultados abrangentes.....	37.819	5.971
Valor reclassificado de reserva de hedge de fluxo de caixa para o resultado.....	(44.532)	(6.072)
Ganhos/(perdas) estimadas para os próximos 12 meses	(6.774)	(101)
Impostos.....	2.686	40
Saldo final	(4.088)	(61)

Principais transações e compromissos futuros do objeto de hedge

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Principais transações					
Transações previstas em moeda estrangeira	60.710	180.498	-	241.208	81.277
Total	60.710	180.498	-	241.208	81.277

8. OPERAÇÕES DE CARTÃO DE CRÉDITO

a. Composição das operações de cartão de crédito

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de cartão de crédito.....	9.731.144	9.598.621
Valores a receber de cartão de crédito - operações cedidas (Nota 17).....	5.889.992	2.533.594
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 8e).....	(991.585)	(902.394)
Total	14.629.551	11.229.821
Circulante.....	14.624.458	11.227.926
Não circulante.....	5.093	1.895

As operações de cartão de crédito são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que a Companhia não possui concentração de contraparte.

b. Composição das operações de cartão de crédito por vencimento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Curso normal	15.003.997	11.335.827
Parcelas vencidas	28.117	110.284
Até 14 dias.....	28.117	110.284
Parcelas a vencer	14.975.880	11.225.543
até 3 meses.....	11.573.796	8.941.670
3 a 6 meses.....	2.269.992	1.578.645
6 a 12 meses.....	1.126.708	703.155
acima de 12 meses.....	5.384	2.073
Curso Anormal	617.139	796.388
Parcelas vencidas	574.692	647.164
Acima de 14 dias.....	574.692	647.164
Parcelas a vencer	42.447	149.224
até 3 meses.....	33.245	94.726
3 a 6 meses.....	6.555	31.869
6 a 12 meses.....	2.593	20.815
acima de 12 meses.....	54	1.814
Total	15.621.136	12.132.215
Valores a receber de cartão de crédito.....	9.731.144	9.598.621
Valores a receber de cartão de crédito - operações cedidas.....	5.889.992	2.533.594

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas.

As tabelas abaixo apresentam as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

c. Classificação das operações de cartão de crédito por níveis de risco - Resolução no 2.682/99 do CMN

Nível	31/12/2020			31/12/2019		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	14.835.301	-	14.835.301	11.195.410	-	11.195.410
B	49.917	24.734	74.651	73.806	82.406	156.212
C	35.301	41.088	76.389	52.245	98.594	150.839
D	19.516	41.342	60.858	6.660	80.991	87.651
E	8.158	36.979	45.137	2.638	73.783	76.421
F	5.617	34.869	40.486	197	66.725	66.922
G	4.943	31.170	36.113	21	59.078	59.099
H	45.244	406.957	452.201	4.850	334.811	339.661
Total	15.003.997	617.139	15.621.136	11.335.827	796.388	12.132.215

d. Classificação das operações de cartão de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

31/12/2020					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	8.679.108	-	8.679.108	(45.200)	0,5%
2	4.365.724	4	4.365.728	(162.852)	3,7%
3	1.406.302	1.281	1.407.583	(172.522)	12,3%
4	390.065	151	390.216	(135.586)	34,7%
5	162.798	615.703	778.501	(475.425)	61,1%
Total	15.003.997	617.139	15.621.136	(991.585)	6,3%

31/12/2019					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	5.264.513	40	5.264.553	(26.536)	0,5%
2	3.332.791	506	3.333.297	(83.840)	2,5%
3	1.877.233	5.638	1.882.871	(166.795)	8,9%
4	84.772	7.341	92.113	(23.396)	25,4%
5	776.518	782.863	1.559.381	(601.827)	38,6%
Total	11.335.827	796.388	12.132.215	(902.394)	7,4%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

Em 2020, a Companhia observou uma constante melhora nos indicadores de risco de crédito, decorrente de mudanças comportamentais dos clientes durante a pandemia ocasionada pelo COVID-19 e dos efeitos de políticas governamentais, como o auxílio emergencial. Esse efeito de queda de risco também é capturado pelos modelos internos de crédito, refletindo em uma migração para níveis de risco melhores e queda na representatividade da carteira em curso anormal.

Por outro lado, a Companhia espera que essa melhora possua natureza transitória, uma vez que as políticas de auxílio por parte do governo acabem e restrições impostas pela pandemia comecem a ser retiradas. Dessa forma, a Companhia considera em seus modelos uma expectativa de deterioração do cenário, decorrente de uma normalização do risco de crédito, cujo efeito provoca o aumento do índice de cobertura observado para cada faixa de risco.

Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(994.567)	(902.394)	(564.318)
(Constituição)/Reversão de provisão	(314.187)	(692.520)	(747.009)
Créditos baixados para prejuízo	317.169	603.329	408.933
Saldo no final do semestre/exercício	(991.585)	(991.585)	(902.394)

f. Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Constituição de provisão	(594.928)	(1.240.873)	(1.279.003)
Reversão de provisão	280.741	548.353	531.994
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	(314.187)	(692.520)	(747.009)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	67.388	99.478	74.179
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(246.799)	(593.042)	(672.830)

g. Operações renegociadas

O montante das operações renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 totalizaram R\$564.726 e R\$360.617, respectivamente.

h. Operações cedidas

A Companhia realizou a cessão de recebíveis de transações de pagamento com retenção substancial de risco no montante de R\$5.889.992 e R\$2.533.594 durante os exercícios de 2020 e 2019, respectivamente, o que gerou no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 despesa de R\$44.728 e R\$82.874, respectivamente, (R\$73.918 em 31 de dezembro de 2019), as quais foram reconhecidas na rubrica “Despesa de juros e similares” na demonstração de resultado.

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 17)	180.938	94.800
Valores pendentes de liquidação	117.838	318.453
Despesas antecipadas	171.219	41.472
Impostos e contribuições a compensar	145.453	87.927
Outros recebíveis de transações de pagamento (ii)	133.286	44.757
Depósitos judiciais (Nota 16)	85.463	85.354
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 17)	8.296	2.857
Rendas a receber - Partes relacionadas (Nota 17)	4.745	9.792
Diversos	56.241	9.375
Total	903.479	694.787
Circulante	839.018	694.787
Não circulante	64.461	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controlada Nu Financeira, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do Grupo.

(ii) Refere-se aos acordos contratuais relacionados ao arranjo de pagamento.

10. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

							31/12/2020				
		%	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento				
No exterior			5.137	237	50	50	237				
Nu Payments (i).....	Direto	100	5.137	237	50	50	237				
No país			855.965	790.266	(46.195)	(46.195)	790.266				
Nu Investimentos (ii).....	Direto	100	1.040	95	(725)	(725)	95				
Nu Financeira (iii).....	Direto	100	844.925	781.888	(43.753)	(43.753)	781.888				
Nu Produtos (iv).....	Direto	100	10.000	8.283	(1.717)	(1.717)	8.283				
Total geral			861.102	790.503	(46.145)	(46.145)	790.503				

							31/12/2019				
		%	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento				
No exterior			5.137	187	(218)	(218)	187				
Nu Payments (i).....	Direto	100	5.137	187	(218)	(218)	187				
No país			131.214	108.020	(20.869)	(20.869)	108.020				
Nu Investimentos (ii).....	Direto	100	740	521	(121)	(121)	521				
Nu Financeira (iii).....	Direto	100	130.474	107.499	(20.748)	(20.748)	107.499				
Total geral			136.351	108.207	(21.087)	(21.087)	108.207				

(i) Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América. Possui como atividade principal a prestação de serviços de natureza financeira;

(ii) Nu Investimentos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída em 3 de janeiro de 2018, de acordo com a Lei n 12.375/2010 que trata das Sociedades Limitadas. Possui como atividade principal a prestação de serviços de natureza financeira;

(iii) Nu Financeira S.A. - SCFI: Instituição financeira autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Companhia, constituída em 28 de fevereiro de 2018, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN. Possui como atividade principal a prestação de serviços de natureza financeira; e

(iv) Nu Produtos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída em 27 de agosto de 2020, de acordo com a Lei n 12.375/2010 que trata das Sociedades Limitadas. Possui como atividades principais a prestação de atividades auxiliares de seguro e previdência complementar.

Movimentação dos investimentos

	Nu Financeira	Nu Produtos	Nu Investimentos	Nu Payments	Total
Saldo em 31/12/2019	107.499	-	521	187	108.207
Aumento de capital.....	714.925	10.000	300	-	725.225
Resultado de equivalência.....	(43.753)	(1.717)	(725)	50	(46.145)
Plano de ações.....	3.180	-	-	-	3.180
Outros resultados abrangentes	37	-	-	-	37
Saldo em 31/12/2020	781.888	8.283	95	237	790.503

No dia 16 março de 2020 foi realizado aporte de capital no valor de R\$200.000 na controlada Nu Financeira.

No dia 3 de julho de 2020 foi realizado o aporte de capital no valor de R\$264.925 na controlada Nu Financeira.

No dia 15 de outubro de 2020 a Companhia realizou a integralização de 100% do capital da controlada Nu Produtos Ltda. no valor de R\$10.000.

No dia 10 de dezembro de 2020 foi realizado o aporte de capital no valor de R\$250.000 na controlada Nu Financeira, que foi aprovado pelo BACEN em 14 de janeiro de 2021.

No dia 16 de dezembro de 2020 foi realizado um aumento de capital a integralizar no valor de R\$7.000 na controlada Nu Investimentos, sendo integralizados R\$300 no próprio mês.

11. DEPÓSITOS

O montante de R\$5.363.544 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R\$5.339.315) corresponde a depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga do Nubank. Tais depósitos são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da Circular no 3.681 do BACEN, sendo remunerados por 100% do CDI e possuindo liquidez diária. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, classificados no passivo circulante.

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Valores vinculados ao Banco Central (i)	401.982	-
Valores pendentes de liquidação - Outros sistemas de liquidação	-	368
Total	401.982	368
Circulante	401.982	368
Não circulante	-	-
Passivo		
Valores a liquidar - Bandeira	17.310.378	12.007.466
Valores a liquidar - Outros sistemas de liquidação	7.170	-
Valores a liquidar - Partes relacionadas (ii) (Nota 17)	315.705	-
Total	17.633.253	12.007.466
Circulante	17.633.253	12.007.466
Não circulante	-	-

(i) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao BACEN, realizados pela Companhia, titular de Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no BACEN, para operações de pagamentos instantâneos.

(ii) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua Controlada Nu Financeira, decorrentes de operações com os clientes do Grupo.

Para a linha de Valores a liquidar - Bandeira, as transações locais realizadas na função crédito seguem, aproximadamente, um prazo de liquidação de D+27, contados da data de processamento das compras; já as transações internacionais, observam o prazo de D+1, também considerando a data de processamento.

As transações realizadas na função débito seguem um prazo de liquidação de D+1 com relação da data do processamento.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a. Composição de obrigações por empréstimos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por empréstimos		
No país.....	-	137.770
No exterior - Partes relacionadas (Nota 17).....	254.696	249.424
Total	254.696	387.194
Circulante.....	-	137.770
Não circulante.....	254.696	249.424

b. Abertura por vencimento

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos					
No país.....	-	-	-	-	137.770
No exterior.....	-	-	254.696	254.696	249.424
Total	-	-	254.696	254.696	387.194

c. Movimentações dos empréstimos

	<u>31/12/2019</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Varição Cambial</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>31/12/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>				<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por empréstimos							
No país.....	137.770	-	3.836	-	(135.000)	(6.606)	-
No exterior.....	249.424	-	12.787	69.266	(69.883)	(6.898)	254.696
Total	387.194	-	16.623	69.266	(204.883)	(13.504)	254.696
	<u>31/12/2018</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Varição Cambial</u>	<u>Pagamentos</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>Saldo inicial</u>				<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por empréstimos							
No país.....	-	250.000	7.664	-	(115.000)	(4.894)	137.770
No exterior.....	195.237	249.499	7.260	(4.234)	(193.381)	(4.957)	249.424
Total	195.237	499.499	14.924	(4.234)	(308.381)	(9.851)	387.194

Não existem operações de empréstimos no país em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 as obrigações por empréstimos no país possuíam taxas pós-fixadas entre 1,05% do CDI e 1,60% do CDI.

As obrigações por empréstimos no exterior, possuem como contraparte a Nu Holdings, e foram realizadas em condições usuais de mercado, na moeda dólar e possuem taxa pré-fixada de 5,00% ao ano (5,00% em 31 de dezembro de 2019).

14. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS A CESSÃO

a. Composição das obrigações por operações vinculadas a cessão

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por operações vinculadas a cessão		
Operação vinculadas a cessão - FIDC Nu (Nota 17)	296.259	704.217
Operação vinculadas a cessão - Nu Financeira (Nota 17)	1.535.146	502.273
Total	1.831.405	1.206.490
Circulante	631.401	289.320
Não circulante	1.200.004	917.170

b. Abertura por vencimento

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por operações vinculadas a cessão					
Operação vinculadas a cessão - FIDC Nu	231.072	65.183	4	296.259	704.217
Operação vinculadas a cessão - Nu Financeira	85.146	250.000	1.200.000	1.535.146	502.273
Total	316.218	315.183	1.200.004	1.831.405	1.206.490

c. Movimentação das operações vinculadas a cessão

	<u>31/12/2019</u>	<u>Pagamentos</u>				<u>31/12/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por operações vinculadas a cessão						
Operação vinculadas a cessão - FIDC Nu	704.217	-	37.639	(270.350)	(175.247)	296.259
Operação vinculadas a cessão - Nu Financeira	502.273	1.200.000	43.699	(166.667)	(44.159)	1.535.146
Total	1.206.490	1.200.000	81.338	(437.017)	(219.406)	1.831.405
	<u>31/12/2018</u>	<u>Pagamentos</u>				<u>31/12/2019</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por operações vinculadas a cessão						
Operação vinculadas a cessão - FIDC Nu	296.343	500.000	68.379	(93.837)	(66.668)	704.217
Operação vinculadas a cessão - Nu Financeira	-	500.000	2.273	-	-	502.273
Total	296.343	1.000.000	70.652	(93.837)	(66.668)	1.206.490

As obrigações por operações vinculadas a cessão de ativos financeiros referem-se ao valor presente das obrigações das captações realizadas através da securitização de recebíveis de cartão de crédito para o FIDC Nu, e de transações de pagamento para a Nu Financeira.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores diversos	320.953	223.395
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 17)	6.365	1.865
Fiscais e previdenciárias	95.495	52.274
Provisões com folha de pagamento	73.246	28.387
Valores pendentes de liquidação	61.273	25.605
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	881	3.423
Total	558.213	334.949
Circulante	558.213	334.949
Não circulante	-	-

16. PROVISÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Civil	2.435	1.211
Tributário	83.150	83.150
Trabalhista	23	83
Total	85.608	84.444

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis e trabalhistas. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo.

a. Provisões para obrigações legais

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.435 e R\$1.211 em 31 de dezembro de 2019, considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

A título de obrigação legal, a Companhia registrou o montante de R\$83.150 em 31 de dezembro de 2020, mesmo montante registrado em 31 de dezembro de 2019, referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15.

O Nubank depositou judicialmente o valor referente a essa causa e registrou na linha de Outros Créditos (conforme demonstrado a seguir no item "d"). Em julho de 2019, a Companhia decidiu desistir do processo e atualmente está aguardando a liberação para conversão dos depósitos judiciais em renda da União.

b. Movimentação das provisões

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas
Saldo inicial	1.211	83.150	83	809	54.506	-
Constituição	7.593	-	9	2.806	28.644	83
(Utilização) / (reversão)	(6.369)	-	(69)	(2.404)	-	-
Saldo final	2.435	83.150	23	1.211	83.150	83

c. Contingências possíveis

Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$21.058 e R\$1.257 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e R\$4.887 e R\$180 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R\$85.463, em 31 de dezembro de 2020, e R\$85.354 em 31 de dezembro de 2019, e estão relacionados substancialmente à causa referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS.

17. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo a qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a aplicações em fundos de investimento ligados, rateio de despesas e prestação de serviços entre empresas do Nubank e, por fim, captações realizadas através de outras empresas do Grupo. Estas transações, em sua maioria, são eliminadas no processo de consolidação.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite cartões de crédito e recebe depósitos de diretores e acionistas do Nubank. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com partes não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento. Desta forma, as operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

A Companhia possui acordos de prestação de garantia em determinadas operações de crédito realizadas por partes relacionadas, localizadas no México. Não há provisões registradas para tais garantias devido a expectativa de perda ser considerada inexistente.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Título e valores mobiliários	131.537	96.869
Cotas de fundos de investimento	131.537	96.869
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu - Controlada	95.817	80.752
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI - Controlada	16.517	16.117
Fundo de Investimento Ostrum Soberano - Controlada	10.410	-
Nu Fundo de Investimento em Ações - Controlada	8.793	-
Outros Créditos	193.979	107.449
Valores pendentes de liquidação - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	180.938	94.800
Valores a receber - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	8.296	2.857
Rendas a receber - Partes relacionadas	4.745	9.792
Rendas a receber - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	1.066	579
Rendas a receber - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	-	3.165
Rendas a receber - Nu Bn Servicios		
México S.A. de CV - Outras partes relacionadas	2.535	6.048
Rendas a receber - Nu Colombia - Outras partes relacionadas	1.144	-
Investimentos em participações em coligadas e controladas	790.503	108.207
Nu Payments, LLC	237	187
Nu Financeira S.A. - SCFI	781.888	107.499
Nu Produtos Ltda.	8.283	-
Nu Investimentos Ltda.	95	521
Passivo		
Depósitos	12.810	4.710
Conta de Pagamento	12.810	4.710
Conta de Pagamento - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	12.651	4.710
Conta de Pagamento - Nu Produtos LTDA - Controlada	159	-
Relações interfinanceiras	315.705	-
Valores a liquidar - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	315.705	-
Obrigações por empréstimos	254.696	249.424
Empréstimo no exterior - Nu Holdings Ltd. - Controladora Indireta	254.696	249.424
Obrigações por operações vinculadas a cessão	1.831.405	1.206.490
Operações vinculadas a cessão - FIDC Nu - Controlada	296.259	704.217
Operações vinculadas a cessão - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	1.535.146	502.273
Outras obrigações	6.366	1.865
Valores a pagar - Fornecedores diversos	6.366	1.865
Valores a pagar - Nu Finanztechnologie GmbH - Outras partes relacionadas	2.701	1.487
Valores a pagar - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	1.432	378
Valores a pagar - Cognitec Inc. - Outras partes relacionadas	2.033	-
Valores a pagar - Nu Produtos - Outras partes relacionadas	200	-
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes	16.896	-
Ajuste de avaliação patrimonial	16.896	-
Cota - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu - Controlada	12.040	-
Cota - Nu Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI - Controlada	602	-
Cota - Fundo de Investimento Ostrum Soberano - Controlada	1.424	-
Cota - Nu Fundo de Investimento em Ações - Controlada	2.793	-
Reflexo Conta de fundo de investimentos - Controlada	37	-

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado			
Receita de intermediação financeira			
Receita de intercâmbio - Nu Produtos Ltda. - Controlada	5	5	-
Receita de intercâmbio - Nu Produtos Ltda - Controlada	5	5	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	3.024	24.364
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	-	3.024	24.364
Cota - FIDC Nu - Controlada	-	3.024	24.364
Cota - Nu Fundo - Controlada	-	-	1.235
Despesa de intermediação financeira			
Despesa de juros e similares	(51.012)	(95.661)	(77.548)
Despesa de juros com recebíveis em cessão	(44.728)	(82.874)	(73.918)
Cessão - FIDC Nu - Controlada	(14.313)	(39.265)	(71.645)
Cessão - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	(30.415)	(43.609)	(2.273)
Despesa de juros com empréstimos	(6.284)	(12.787)	(3.630)
Despesa de juros - Nu Holdings Ltd. - Controladora Indireta	(6.284)	(12.787)	(3.630)
Outras receitas e despesas operacionais			
Despesa de pessoal	2.385	10.037	6.369
Honorários da administração	(1.192)	(3.175)	(3.832)
Plano de ações da administração	(25.374)	(31.496)	(7.753)
Rateio de salários e ordenados - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	28.951	44.708	17.954
Outras despesas administrativas	(15.142)	(26.852)	(10.374)
Despesas de serviços especializados	(23.044)	(37.344)	(12.012)
Prestação de serviços - Nu Finanztechnologie GmbH - Outra parte relacionada	(15.353)	(22.562)	(12.012)
Prestação de serviços - Nu Argentina S.A. - Outra parte relacionada	(4.734)	(11.825)	-
Prestação de serviços - Cognitect, Inc - Outra parte relacionada	(2.957)	(2.957)	-
Outras despesas administrativas	7.902	10.492	1.638
Rateio de despesas - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	7.902	10.492	1.638
Outras receitas operacionais	15.318	26.450	16.263
Receita de prestação de serviços - Nu Financeira S.A. - SCFI - Controlada	9.432	14.218	7.050
Receita de prestação de serviços - Nu Bn Servicios México S.A. de CV - Outra parte relacionada	4.742	11.088	6.048
Receita de prestação de serviços - Nu Argentina S.A. - Outra parte relacionada	-	-	3.165
Receita de prestação de serviços - Nu Colombia S.A. - Outra parte relacionada	1.144	1.144	-
Resultado de participação em controladas	(7.366)	(46.145)	(21.087)
Nu Payments, LLC	(13)	50	(218)
Nu Produtos S.A	(1.717)	(1.717)	-
Nu Financeira S.A. - SCFI	(5.137)	(43.753)	(20.748)
Nu Investimentos Ltda.	(499)	(725)	(121)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$2.087.260 (R\$1.557.410 em 2019), e está representado por 243.519.633 ações (157.365.162 em 2019), sem valor nominal, divididas entre 243.354.268 ordinárias (157.199.797 em 2019) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2019), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Foi aprovado em assembleia geral o aumento de capital e sua subscrição no dia 01 de julho de 2020 no montante de R\$529.850 através da emissão de 86.154.471 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital da Nu Pagamentos foi aprovado pelo BACEN em 27 de agosto de 2020.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas pelos planos de ações da Companhia, os quais são compostos por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (SOPs), (ii) um Omnibus Plano de Restricted Stock Units (RSUs), e (iii) de emissão de ações para seus colaboradores e administradores, visando engaja-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo. As outorgas desses benefícios ocorrem somente na Nu Holdings, sua controladora indireta.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total da reserva de capital era de R\$243.989, e R\$104.275 em 31 de dezembro de 2019.

c. Plano de ações

Os incentivos do Grupo aos funcionários incluem prêmios na forma de SOPs e RSUs, oferecendo aos funcionários a oportunidade de comprar ações por meio do exercício das opções ou do recebimento de ações no momento da aquisição dos RSUs. O custo dos serviços dos empregados recebidos em relação aos SOPs e RSUs concedidos é reconhecido na demonstração do resultado ao longo do período de prestação dos serviços dos empregados e de acordo com o período de aquisição. O Grupo também emitiu outras transações com pagamento baseado em ações onde concederá ações mediante o cumprimento de condições de mercado relacionadas ao valor justo da Companhia. O incentivo RSU foi implementado em 2020 e deve ser o principal incentivo daqui para frente.

No final de 2016, a Nu Pagamentos transferiu seu plano SOP para sua controladora indireta, Nu Holdings, que se tornou a emissora dos SOPs para todas as subsidiárias do programa. O preço de exercício das opções foi determinado em Reais até a transferência do plano para a Nu Holdings e, posteriormente, em Dólares Americanos, acompanhando a moeda funcional do emissor. O plano foi inicialmente aprovado pelo Conselho de Administração da Nu Pagamentos em julho de 2013. Em 30 de janeiro de 2020, a Nu Holdings aprovou seu Plano de Incentivo Omnibus que incluía a emissão de unidades de ações restritas (RSU) e certas alterações no plano de opções.

SOPs e RSUs são emitidos como parte do ciclo de desempenho, sem período de carência, e como um bônus de contratação, geralmente contendo período de carência de um ano. Durante a vida do Grupo, SOPs e RSUs foram emitidos com diferentes períodos de aquisição. As opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da outorga, o prazo contratual e após o período de carência. O prazo esperado dos SOPs foi calculado com base no ponto médio entre o tempo médio ponderado de aquisição e o vencimento contratual, pois o Grupo não possui uma atividade histórica significativa de pós-aquisição. O prazo esperado para SOPs com período de aquisição de 4 e 5 anos é de 6,25 e 6,50 anos, respectivamente.

O custo total das outorgas é calculado usando o número de SOPs e RSUs que se espera serem adquiridos e seus valores justos na data da outorga. O número de SOPs e RSUs que se espera adquirir considera a probabilidade de que as condições de serviço incluídas nos termos dos prêmios sejam atendidas e é baseado no histórico de caducidade. O descumprimento da condição de aquisição de direitos é tratado como decaimento do direito de concessão, resultando na cessação do reconhecimento da despesa.

O valor justo dos SOPs concedidos é determinado usando o modelo de precificação denominado Black-Scholes. O modelo Black-Scholes de precificação de opções leva em consideração o preço de exercício da opção, o preço da ação na data de outorga, o prazo esperado, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada da ação e outros fatores relevantes.

Os termos e condições dos planos de RSUs exigem que o Grupo retenha ações para que a obrigação fiscal do funcionário seja liquidada. Conseqüentemente, o Grupo liquida a transação numa base líquida, retendo o número de ações com um valor justo igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário e emite as ações remanescentes ao funcionário na data da aquisição dos direitos. A obrigação fiscal do funcionário associada ao prêmio é calculada substancialmente com base na alíquota de imposto esperada e no valor justo das ações na data de aquisição. O Grupo reconhece as despesas relacionadas com os impostos corporativos e encargos sociais sobre RSUs na linha de despesas de pessoal, que compõem as Outras receitas e despesas operacionais nas demonstrações consolidadas do resultado.

O valor justo das outras transações com pagamento baseado em ações foi determinado utilizando um modelo de simulação de Monte Carlo para estimar seu valor justo. O modelo de Monte Carlo leva em consideração o tempo esperado para o atendimento da condição de mercado, o preço da ação na data da outorga, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada da ação. O período de aquisição reflete o tempo esperado em que a Companhia atingirá um determinado valor justo e não será revisado posteriormente. As despesas serão registradas durante o período de aquisição, independentemente da condição de mercado ser atendida.

A vida esperada das opções de ações foi calculada conforme descrito acima e não é necessariamente indicativa dos padrões de exercício que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a hipótese de que a volatilidade histórica ao longo de um período semelhante à vida das opções de ações é um indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real.

O preço das ações usado como entrada para os modelos Black-Scholes e Monte Carlo e para os RSUs é calculado usando um único ou uma combinação de modelos de fluxo de caixa descontado (CFM) e um modelo de precificação de opção reversa (OPM), com base nas transações mais recentes das ações preferenciais.

Não houve modificações nos termos e condições dos SOPs, RSUs e das outras transações após a data da outorga.

Os valores relativos aos planos de ações são estabelecidos substancialmente em dólares americanos, a moeda funcional da Nu Holdings, e foram convertidas para reais nas tabelas a seguir utilizando a taxa de conversão das respectivas datas para fins de apresentação.

Os movimentos no número de SOPs e RSUs do Grupo são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	PMPEO	Quantidade	PMPEO
SOPs				
Remanescentes no início do período.....	46.694.438	3,3	65.639.600	1,4
Outorgados durante o período.....	708.450	45,0	6.551.725	11,6
Exercidos durante o período.....	(6.199.631)	1,3	(24.507.500)	0,5
Desistências e cancelamentos durante o período.....	(4.542.007)		(989.387)	
Remanescentes ao fim do período.....	36.661.250	4,8	46.694.438	3,3
Exercíveis ao fim do período.....	28.527.389	2,6	28.807.987	1,5

PMPEO corresponde ao preço médio ponderado de exercício das opções de ações, em reais.

	31/12/2020	
	Quantidade	VJMPDO
RSUs		
Remanescentes no início do período.....	-	-
Outorgados durante o período.....	3.754.786	54,4
Transferidos durante o período.....	(344.901)	54,3
Desistências e cancelamentos durante o período.....	(191.054)	
Remanescentes ao fim do período.....	<u>3.218.831</u>	<u>54,4</u>

VJMPDO corresponde ao valor justo médio ponderado na data da outorga, reais.

Os efeitos nas demonstrações financeiras de SOPs, RSUs e outras transações com pagamento baseado em ações são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Efeito líquido no resultado (Nota 21)	(112.806)	(169.460)	(49.696)
Plano de Ações.....	(93.456)	(141.324)	(49.696)
Provisão para impostos corporativos.....	(19.350)	(28.136)	-
Efeito líquido nas reservas de capital	90.613	139.714	18.078

A tabela a seguir apresenta informações adicionais relacionadas às características do SOP e do modelo de *valuation* na Nu Holdings, emissora das ações e patrocinadora dos planos:

	31/12/2020	31/12/2019
Média ponderada do período contratual remanescente das opções em anos.....	5,7	6,8
Média ponderada do valor justo das opções outorgadas (em R\$) (i).....	40,4	11,4
Média ponderada do valor justo das ações das opções outorgadas (em R\$) (i).....	56,7	16,4
Volatilidade esperada das opções emitidas (%).....	69,5 a 77,9	64,3 a 77,9
Taxa de juros livre de risco a.a. (%).....	1,3 a 1,7	1,2 a 2,6
Intervalo do preço de exercício das opções outorgadas durante o exercício (em R\$)	6,70 a 10,41	0,82 a 6,70
Zero a R\$5,20.....	97,1%	98,9%
R\$5,21 a R\$15,60.....	0,1%	0,0%
R\$15,61 a R\$31,20.....	1,8%	1,1%
Acima de R\$31,21.....	1,0%	0,0%
Total de caixa a ser recebido quando do exercício dos SOPs remanescentes (i)		
Direitos adquiridos (Vested).....	74.573	44.066
Direitos a adquirir (Unvested).....	108.066	111.338
Média ponderada do preço das ações das opções exercidas durante o período (em R\$) (i).....	54,8	38,3
Períodos mais relevantes de vesting para as outorgas remanescentes		
4 anos.....	45,6%	38,9%
5 anos.....	54,0%	60,7%
Ações recompradas e canceladas	1.171	663.000

(i) Valores convertidos pela taxa de câmbio spot de dólares americanos para reais do dia 31 de dezembro de cada período, para fins de apresentação.

A tabela a seguir apresenta informações adicionais relacionadas às características do RSUs e do modelo de *valuation* na Nu Holdings, emissora das ações e patrocinadora dos planos:

	<u>31/12/2020</u>
Períodos mais relevantes de vesting para as outorgas remanescentes	
3 anos.....	69,4%
5 anos.....	28,7%
Volatilidade esperada das opções emitidas (%)	58% to 74%
Desconto de liquidez (%)	21,0%

19. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receita de operações de crédito	400.509	1.107.142	960.535
Receita de juros de cartão de crédito.....	370.719	1.034.775	905.313
Receita de juros sobre recebíveis cedidos.....	29.790	72.367	55.222
Receita de tarifas e similares	1.567.357	2.468.888	1.111.730
Receita de intercâmbio.....	924.176	1.539.031	914.591
Receita de anuidade (Nubank Rewards).....	67.560	141.911	94.051
Receita sobre recarga.....	459.419	606.538	10.985
Receita sobre acolhimentos.....	44.233	66.765	18.664
Receita sobre saques.....	45.912	61.060	7.992
Outras receitas de tarifas e similares.....	26.057	53.583	65.447
Resultado de títulos e valores mobiliários	87.461	222.949	407.200
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	42.720	81.626	169.122
Resultado de títulos públicos.....	39.221	128.011	176.249
Resultado de títulos privados.....	5.064	9.406	15.513
Resultado de cotas de fundos de investimento.....	456	3.906	46.316
Resultado com derivativos	21.340	147.980	(7.733)
Resultado com futuro DI.....	1.170	2.743	(6.658)
Resultado com futuro dólar (i).....	19.752	139.880	(1.032)
Resultado com futuro euro.....	418	5.357	(43)
Total	2.076.667	3.946.959	2.471.732

(i) Os instrumentos do hedge de fluxo de caixa afetaram o resultado no montante de R\$28.998 e R\$44.532, respectivamente, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.072 em 31 de dezembro de 2019), referentes às despesas de infraestrutura e processamento de dados.

20. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesa de juros e similares	(137.116)	(287.518)	(382.653)
Despesa de juros com depósitos remunerados	(40.944)	(122.037)	(263.334)
Despesa com recebíveis em cessão	(44.728)	(82.874)	(73.918)
Despesa com empréstimos tomados	(7.173)	(16.623)	(11.294)
Despesa com descontos concedidos	(44.271)	(65.984)	(34.107)
Despesa com tarifas e similares	(754.384)	(1.137.503)	(428.932)
Despesa com tarifas de manutenção de contas	(83.465)	(146.205)	(182.857)
Despesa com tarifas do sistema financeiro	(194.310)	(313.023)	(150.879)
Despesa com tarifas de recarga	(397.886)	(525.311)	(9.513)
Despesa com Rewards	(78.723)	(152.964)	(85.683)
Variação cambial	13.558	(60.389)	5.440
Total	(877.942)	(1.485.410)	(806.145)

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas relacionadas a crédito	(121.282)	(252.402)	(278.751)
Despesas com análise de crédito e cobrança	(95.390)	(168.357)	(94.834)
Emissão de cartões (i)	(25.892)	(84.045)	(183.917)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(241.552)	(494.595)	(284.416)
Despesas de pessoal	(358.607)	(653.058)	(340.295)
Proventos	(164.594)	(317.846)	(184.138)
Encargos sociais	(56.521)	(114.650)	(67.286)
Honorário da administração	(1.192)	(3.175)	(3.832)
Plano de ações	(112.806)	(169.460)	(49.696)
Outras despesas de pessoal	(23.494)	(47.927)	(35.343)
Despesas tributárias	(205.519)	(350.293)	(190.819)
PIS e COFINS	(169.884)	(292.992)	(167.265)
ISS	(22.462)	(37.376)	(21.722)
Outras despesas tributárias	(13.173)	(19.925)	(1.832)
Despesa de provisões	(411)	(1.164)	(485)
Outras despesas administrativas	(190.437)	(363.370)	(338.731)
Despesas de marketing	(44.664)	(69.817)	(148.215)
Despesas de tecnologia	(54.576)	(106.569)	(58.051)
Despesas de escritório	(32.226)	(69.686)	(29.219)
Despesas de serviços especializados	(43.294)	(79.521)	(53.685)
Despesas de viagem	(998)	(6.361)	(11.237)
Depreciação e amortização	(7.775)	(14.067)	(7.088)
Outras despesas administrativas	(6.904)	(17.349)	(31.236)
Resultado de participações em controladas	(7.366)	(46.145)	(21.087)
Outras receitas operacionais	16.165	36.792	69.434
Outras despesas operacionais	(23.249)	(44.207)	(49.940)
Perdas com riscos operacionais	(19.242)	(34.345)	(23.585)
Outras despesas operacionais	(4.007)	(9.862)	(26.355)
Total	(1.132.258)	(2.168.442)	(1.435.090)

(i) Os custos de emissão do cartão de crédito incluem embossamento, embalagem, custos de remessa e outros.

22. TRIBUTOS

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(180.332)	(299.935)	(442.333)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social.....	72.134	119.975	176.933
Adições/exclusões permanentes.....	(39.535)	(47.202)	(40.737)
Efeito de participação em controladas.....	2.946	(18.458)	(8.435)
Outros.....	4.425	5.248	1.871
Imposto de renda e contribuição social	39.970	59.563	129.632
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	612	(40.619)	(18.207)
Tributos diferidos.....	55.524	102.868	147.879
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes.....	(16.166)	(2.686)	(40)
Imposto de renda e contribuição social	39.970	59.563	129.632
Alíquota efetiva.....	22,16%	19,86%	29,31%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal / base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação		Saldo em 31/12/2020
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	246.171	-	10.443	256.614
Outras provisões passivas.....	45.956	-	65.979	111.935
Provisão para Fornecedores.....	22.529	-	28.302	50.831
Provisão para programa de fidelidade.....	24.846	-	15.195	40.041
Marcação a mercado de instrumentos financeiros.....	5.031	-	(2.333)	2.698
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	344.533	-	117.586	462.119
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.....	18.628	-	(17.515)	1.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	363.161	-	100.071	463.232
Marcação a mercado - Títulos para negociação.....	(2.814)	-	2.797	(17)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda.....	-	(7.493)	-	(7.493)
Marcação a mercado - Reflexa controladas.....	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(2.814)	(7.493)	2.797	(7.510)
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa.....	(40)	2.686	(2.686)	(2.726)
Refletido no Patrimônio líquido	(40)	2.686	(2.686)	(2.726)
Total de movimentação		(4.807)	100.182	

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação		Saldo em 31/12/2019
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.072	-	109.099	246.171
Outras provisões passivas	48.667	-	44.664	93.331
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	5.031	5.031
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	185.739	-	158.794	344.533
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	26.730	-	(8.101)	18.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	212.469	-	150.693	363.161
Marcação a mercado - Títulos para negociação	-	-	(2.814)	(2.814)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	-	-	(2.814)	(2.814)
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa	-	40	(40)	(40)
Refletido no Patrimônio líquido	-	40	(40)	(40)
Total de movimentação		40	147.839	

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$463.232 (R\$363.161 em 2019), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2021	85.736	51.442	137.178
2022	181.196	109.798	290.994
Até 2023	21.912	13.148	35.060
Total	288.844	174.388	463.232

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2020 é de R\$450.494.

23. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	6.966.199	452.979	95.817	7.514.995
Para negociação	6.966.199	94.279	-	7.060.478
Títulos públicos	6.966.199	-	-	6.966.199
Letras Financeiras do Tesouro	6.965.122	-	-	6.965.122
Notas do tesouro nacional	1.077	-	-	1.077
Títulos privados	-	94.279	-	94.279
Certificado de depósitos bancários	-	94.154	-	94.154
Letras de câmbio	-	117	-	117
Recibos de depósitos bancários	-	8	-	8
Disponíveis para venda	-	358.700	95.817	454.517
Cotas de fundos de investimento	-	358.700	95.817	454.517
Instrumentos financeiros derivativos	150	-	-	150
Contratos de futuro Futuro	150	-	-	150
Total ativo	6.966.349	452.979	95.817	7.515.145
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	1.904	-	-	1.904
Contratos de futuro Futuro	1.904	-	-	1.904
Total passivo	1.904	-	-	1.904

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	5.598.085	628.839	80.752	6.307.676
Para negociação	5.598.085	255.538	-	5.853.623
Títulos públicos	5.598.085	-	-	5.598.085
Letras do Tesouro Nacional	490.012	-	-	490.012
Letras Financeiras do Tesouro	5.106.991	-	-	5.106.991
Notas do tesouro nacional	1.082	-	-	1.082
Títulos privados	-	255.538	-	255.538
Certificado de depósitos bancários	-	255.538	-	255.538
Disponíveis para venda	-	373.301	80.752	454.053
Cotas de fundos de investimento	-	372.261	80.752	453.013
Títulos privados	-	1.040	-	1.040
Letras de câmbio	-	114	-	114
Recibos de depósitos bancários	-	926	-	926
Instrumentos financeiros derivativos	241	-	-	241
Contratos de futuro Futuro	241	-	-	241
Total ativo	5.598.326	628.839	80.752	6.307.917
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	3.857	-	-	3.857
Contratos de futuro Futuro	3.857	-	-	3.857
Total passivo	3.857	-	-	3.857

Títulos e valores mobiliários: Os títulos com alta liquidez e preços cotados em mercado ativo são classificados como Nível 1. Nesse nível, foram classificados todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercado ativo. Os valores justos são os preços cotados no mercado secundário, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Anbima"). Os títulos privados e cotas de fundos de investimento, cuja avaliação é baseada em dados observáveis, como taxas de juros e curvas de rendimento, corroborados pelo mercado, são classificados como Nível 2.

Derivativos: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia. Os derivativos negociados na bolsa de valores brasileira (“B3”) são avaliados pelo valor justo com base nas cotações da B3. Os swaps de taxa de juros de balcão são avaliados descontando os fluxos de caixa futuros esperados para os valores presentes usando curvas de taxas de juros baseadas em taxas de juros futuras e são classificados como Nível 2.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2020 e 2019, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral

O Nubank prioriza riscos que têm um impacto significativo sobre seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos, de forma a selecionar os riscos que são fundamentais para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem comprometer o valor existente, com a possibilidade de se ter impactos nos resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e reputação.

Os riscos que monitoramos ativamente incluem:

- a.** Risco de crédito;
- b.** Risco de liquidez;
- c.** Risco de mercado e risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB); e
- d.** Risco operacional; e
- e.** Risco de tecnologia da informação.

Estrutura

A Diretoria do Grupo é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. A Gestão de Riscos está posicionada em uma estrutura independente das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, de forma a garantir isenção de conflito de interesses e segregação de funções adequadas à boa governança corporativa e às práticas de mercado.

O processo de gestão de riscos permeia todo o Grupo, estando em linha com as diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos do Grupo, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, o controle de capital apóia a gestão por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Nubank considera que uma Declaração de Apetite de Risco (“RAS”) é um instrumento fundamental para apoiar a gestão de risco e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e planejamento de capital. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, implementou: declarações qualitativas, medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, métricas de risco, liquidez e outras informações relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gestão de riscos do Nubank permite que os riscos inerentes sejam identificados, medidos, mitigados, monitorados e reportados de forma adequada para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, a saber:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gestores são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gestão de riscos, controles internos e compliance. Ela garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gestão de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados, bem como comprovar sua efetiva implementação.

Outro elemento essencial da estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança têm por objetivo acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à gestão e controle de riscos do Nubank. Os principais comitês e fóruns estão descritos a seguir:

- **Comitê de Risco:** Órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo. Tem por objetivo assessorar o CEO e demais Diretores no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos, acompanhando o nível de exposição a riscos de acordo com a Declaração de Apetite a Riscos (RAS). Também visa adotar estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank Brasil. Suas atribuições e competências estão estabelecidas em seu Regimento Interno. É composto por no mínimo 03 membros, sendo obrigatórios o CEO, CRO e um membro independente. Reúne-se no mínimo mensalmente, e suas decisões são formalizadas em ata.
- **Comitê de Crédito:** Órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo, que tem por objetivo revisar e supervisionar as estratégias de crédito, bem como revisar seus impactos no resultado da empresa, ambiente macroeconômico e informações referentes ao risco, mercado de crédito e competidores. Ocorre mensalmente, com os principais tópicos registrados em atas, sendo composto pelo Diretor de Risco e membros das áreas de Negócios e Crédito.
- **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário, de caráter permanente e consultivo. Tem como principais atribuições avaliar a performance e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, bem como dos reportes relevantes relativos aos sistemas de controles internos, acompanhar as recomendações realizadas pelas Auditorias Interna e Independente para a Diretoria, assim como avaliar e opinar acerca do conjunto das demonstrações financeiras. Suas atribuições e competências estão estabelecidas no Estatuto Social da Nu Pagamentos e no Regimento Interno do Comitê. É composto por 03 a 07 membros, e conta com membros independentes. Reúne-se no mínimo mensalmente e suas decisões são formalizadas em ata.
- **Fóruns Técnicos:** reúnem-se regularmente para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui fórum técnico próprio, com a participação de executivos das áreas associadas: Controladoria (“Accounting and Tax”); Risco Operacional e Controles Internos; Gerenciamento de Ativos e Passivos e de Capital (“ALM”); Risco de Crédito; Riscos de Tecnologia da Informação (“IT Risk”); Proteção de Dados; Prevenção de Fraudes; Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“AML”); e Teste de Estresse. Cada Fórum Técnico se reúne mensalmente, com exceção dos Fóruns de Proteção de Dados e Prevenção de Fraudes, que ocorrem a cada dois meses.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido, entre outras coisas, como:

- Risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento de obrigações contratuais relacionadas à liquidação de operações com ativos financeiros, o que inclui também instrumentos financeiros derivativos;
- A possibilidade de perdas associadas ao descumprimento de parte signatária de operações de crédito em cumprimento das obrigações financeiras nos termos contratuais pactuados;
- A possibilidade de depreciação ou redução do ganho financeiro esperados dos instrumentos devido à deterioração observada na qualidade de crédito de um signatário de operações de crédito; e
- A possibilidade de incorrer em algum custo de recuperação relacionado à deterioração da qualidade de crédito de um signatário ou contraparte do empréstimo, como desembolso para honrar garantias, coobrigações e compromissos de crédito, ou qualquer custo de execução de instrumento financeiro em atraso.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Nubank é independente das unidades de negócio e disponibiliza processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a sua aderência às políticas aprovadas e à Declaração de Apetite ao Risco. A gestão de risco de crédito também avalia e monitora os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico na carteira de crédito do Nubank para garantir que ela seja resiliente a desacelerações econômicas.

A tomada de decisão de crédito do Nubank segue a estrutura de governança, sendo as decisões tomadas e aprovadas de acordo com seu dimensionamento e definição de alçadas. As aprovações das decisões de crédito ocorrem em comitês, fóruns técnicos e fóruns de decisão designados, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa, conforme descrito anteriormente. Para o processo de tomada de decisão, as informações decorrentes do desempenho histórico são apresentadas e discutidas usando modelos preditivos internos que analisam e classificam os clientes existentes e potenciais com base em sua lucratividade e perfil de risco de crédito.

O Nubank utiliza informações internas de clientes, modelos estatísticos e outras análises quantitativas para determinar o perfil de risco de cada cliente da carteira. Essas informações são utilizadas para gerenciar o risco de crédito da carteira e mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito com avaliação periódica da movimentação dos valores das provisões. Mais detalhes sobre a metodologia de mensuração das provisões de crédito são apresentados na nota 4.

Em relação aos clientes inadimplentes, seu comportamento é continuamente acompanhado e monitorado com o objetivo de aprimorar as políticas e formas de cobrança de dívidas. As estratégias e políticas de cobrança do Nubank dependem do perfil dos clientes e das pontuações dos modelos e visam maximizar os valores de recuperação.

Com a crise econômica provocada pelo COVID-19, o Nubank monitora diariamente a evolução do perfil de risco da carteira e as necessidades emergentes do novo cenário durante e após a crise. Com o objetivo de mitigar os maiores impactos na liquidez e continuar a apoiar financeiramente os clientes durante a crise, foram intensificadas novas análises de produções para atender às necessidades dos clientes, sempre considerando os níveis de risco aceitáveis pré-estabelecidos. Em linha com essa visão, o Nubank também passou a oferecer novas opções de reestruturação e renegociação de créditos.

A administração também monitora as exposições de instrumentos financeiros derivativos. Essas operações são negociadas na bolsa de valores brasileira (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), que é reconhecida como contraparte central qualificada (QCCP) pela Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados (ESMA) e estão sujeitas a acordos de compensação. Além disso, o Nubank também possui um saldo em aberto significativo de títulos públicos federais do Brasil.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações financeiras atuais e futuras esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, considera-se também a possibilidade de o Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande porte em relação ao volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez, independente das unidades de negócio, responsável pelos processos, avaliações, monitoração, controle e reporte do risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

O risco de liquidez é monitorado para garantir que o Nubank terá ativos líquidos de alta qualidade suficientes para suportar cenários de estresse severo e também um adequado perfil de financiamento em termos de prazo, tipo e contrapartes.

O Nubank possui um Plano de Contingência de Financiamento que descreve as possíveis ações de gestão que devem ser tomadas em caso de deterioração dos indicadores de liquidez.

Periodicamente, são elaborados e submetidos ao Fórum Técnico ALM & Capital e ao Comitê de Risco os seguintes itens, aplicados no acompanhamento e apoio às decisões:

- Evolução das posições de caixa de acordo com as previsões financeiras das carteiras do Nubank;
- Relatórios e gráficos de indicadores de risco; e
- Avaliação de fontes alternativas de financiamento.

c. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: as taxas de juros, preço de ações, taxas de câmbio e commodities. O IRRBB refere-se ao risco atual ou futuro para o capital e resultado do Nubank decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que podem afetar as posições na carteira bancária do Nubank.

Existe uma estrutura de gestão e controle do risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócio, que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitoramento, controle e reporte do risco de mercado e IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

A gestão do risco de mercado e do risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) baseia-se nas seguintes métricas:

- **ΔEVE:** diferença entre o valor presente da soma dos fluxos de reapreçamento dos instrumentos sujeitos ao IRRBB num cenário base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses instrumentos em cenário de choque de taxas de juros;
- **ΔNII:** diferença entre a Margem Financeira Líquida em um cenário base e a Margem Financeira em cenário de choque de taxas de juros;
- **Sensibilidade (DV01):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de um ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais ou indexador;
- **Value at Risk (VaR):** perda máxima do valor de mercado para um período de duração a um nível de confiança; e
- Exposições cambiais, considerando todas as posições financeiras que trazem risco cambial e também despesas operacionais em outras moedas.

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico ALM & Capital e ao Comitê de Risco. A administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção do risco de mercado e exposições ao IRRBB.

Risco cambial

O Nubank também enfrenta risco cambial principalmente devido aos custos operacionais associados às suas atividades operacionais. A fim de mitigar o risco cambial, o Grupo protege os custos esperados em dólares americanos e euros da Nu Pagamentos. Para a realização dessas atividades de hedge, são utilizados instrumentos derivativos, atividade essa supervisionada pelo Fórum Técnico ALM & Capital. Além disso, o risco cambial na Nu Financeira não é coberto por ser considerado imaterial até o momento.

d. Risco operacional, incluindo riscos de tecnologia da informação

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou falha, fragilidade ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui nesta definição o risco jurídico associado à falta ou deficiência dos contratos celebrados pelo Nubank e às multas por incumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes da atividade desenvolvida.

Existe uma estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela elaboração e testes periódicos do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos no lançamento de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Na governança do processo de gestão de riscos, são apresentados a cada área de negócio (primeira linha de defesa) mecanismos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos de risco operacional, bem como a disseminação da cultura de controle para os demais colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados ao Fórum Técnico de Risco Operacional e Controles Internos e ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigação de riscos operacionais é atribuída às equipes de primeira linha de defesa.

As instituições financeiras e de pagamentos do Nubank, em cumprimento dos requisitos regulamentares, possuem processos que abrangem políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade do negócio para a ocorrência de eventos indesejáveis.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

O Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis resultantes de uma gama de possíveis ameaças à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo cibersegurança (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (acidentes ineficazes / processo de gerenciamento de problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

Como o Nubank opera em um ambiente desafiador de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos dessas ameaças. Os riscos de tecnologia da informação, incluindo o risco cibernético, são uma área prioritária para o Nubank e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha de defesa. Essa equipe é independente das áreas relacionadas a TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

O Risco de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite de risco aprovados pela Diretoria Executiva. Avaliamos continuamente nossa exposição de riscos em relação às ameaças e seus impactos potenciais em nossos negócios e clientes. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e cibersegurança, considerando também que as pessoas são um componente essencial de nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são regularmente discutidos no Fórum Técnico de Riscos de TI e também apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Análise de sensibilidade

Para além dos cenários macroeconômicos considerados no cálculo da provisão, a Companhia ainda prevê possíveis impactos esperados da pandemia da COVID-19 no seu portfólio.

Durante o ano, a pandemia de COVID-19 mudou drasticamente o perfil de risco de crédito da carteira. As métricas de risco de crédito sofreram uma deterioração no começo da crise no Brasil, alcançando os maiores níveis em abril. Desde então, a Companhia tem observado uma melhora constante nos níveis de atraso e outros indicadores de risco, para patamares menores que os observados antes da crise - comportamento este que pode estar relacionado aos programas de auxílio governamental implementados durante o ano de 2020. A Companhia, portanto, considera que a melhora no perfil de risco do portfólio pode ser temporária, devido às incertezas acerca da possibilidade de uma segunda onda da COVID-19 e estímulos econômicos futuros por parte do Governo. Dessa forma, o cálculo da provisão considera ainda três possíveis cenários dados os desfechos e impactos da pandemia e evoluções no auxílio governamental prestado durante a crise.

	<u>Otimista</u>	<u>Moderado</u>	<u>Pessimista</u>
Provisão total	765.924	863.828	991.585

Abaixo a Companhia detalha o que se considera em cada um dos cenários:

- a) Otimista:** Os níveis de risco observados durante 2020 persistem no mesmo patamar para o exercício de 2021;
- b) Moderado:** O risco de crédito retorna aos níveis usuais observados anteriormente à crise desencadeada pelo COVID-19; e
- c) Pessimista:** O risco de crédito deteriora para além dos níveis usuais observados anteriormente à crise desencadeada pelo COVID-19.

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital é estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM & Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, bem como revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados à capital ao Comitê de Risco.

Requerimentos de capital mínimo

O gerenciamento de capital da Nu Pagamentos tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

Adicionalmente, para atender aos requisitos regulatórios, a controlada Nu Financeira deve cumprir um nível mínimo de capital, considerando os requisitos mínimos para as instituições financeiras, de acordo com a Resolução CMN 4.193 de 1 de março de 2019.

De acordo com sua estratégia, o Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos.

Composição do capital

O Patrimônio de Referência (PR) da controlada Nu Financeira, utilizado para monitorar o cumprimento dos limites operacionais de Basileia impostos pelo BACEN, é a soma de três itens, sendo eles:

- **Patrimônio de Referência Nível I:** soma do Capital Principal, que consiste em capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar, que consiste em instrumentos de dívida subordinada perpétua que atendam aos requisitos de elegibilidade. É importante ressaltar que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum instrumento elegível à Capital Complementar.
- **Patrimônio de Referência Nível II:** consiste em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas que atendem aos requisitos de elegibilidade. Junto com o Capital Principal Nível I, compõe o Patrimônio de Referência Total.

Os recursos da emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II para fins de relação capital / ativos ponderados pelo risco, conforme demonstrado a seguir. De acordo com a legislação em vigor, o saldo da dívida subordinada foi utilizado para cálculo do capital regulatório em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (mais informações na nota 14).

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital regulatório e os requisitos mínimos para as pessoas jurídicas do Nubank, exigidos pela regulamentação em vigor no Brasil.

Nu Pagamentos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	1.438.279	1.001.842
Quantidade máxima (b)	7.996.622	5.682.292
Média mensal de transações de pagamento	7.996.622	5.638.599
Balanco de moedas eletrônicas	5.573.082	5.682.292
Razão de exigência de capital (a/b)	18,0%	17,6%

Nu Financeira

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência (PR)	616.605	186.202
Nível I	526.237	106.050
Capital Principal.....	526.237	106.050
Nível II	90.368	80.152
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	2.018.821	518.222
Risco de Crédito (RWA CPAD).....	1.938.216	450.913
Risco de Mercado (RWA MPAD).....	328	-
Risco Operacional (RWA OPAD).....	80.277	67.309
PR Mínimo Requerido	211.976	54.413
Margem PR	404.629	131.789
Índice de Basileia	30,5%	35,9%
RBAN - Capital Requerido.....	12.132	19.740
Margem PR considerando RBAN.....	392.497	112.049

25. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme a Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, a Companhia passou a divulgar de forma segregada em nota explicativa os resultados não recorrentes. A Companhia estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultados não recorrentes		
Multa por distrato em contrato de aluguel de imóvel.....	20.975	-
Despesa com assessoria - aquisição Easyinvest.....	3.200	-
Total	24.175	-

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Autorização de aumento de capital em investida

Em 10 de dezembro de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social na investida Nu Financeira no valor de R\$250.000, com a emissão de 308.056.916 ações ordinárias. Dessa forma, o capital social da Nu Financeira passa a ser de R\$844.925, dividido em 949.733.387 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 14 de janeiro de 2021.

b. Mudança no quadro de diretores

No dia 19 de fevereiro de 2021, a Companhia reconheceu em Assembleia Geral Extraordinária a renúncia do diretor presidente, Sr. David Vélez Osorno, conforme carta apresentada, sendo conduzida ao cargo de Diretora Presidente a Sra. Cristina Helena Zingaretti Junqueira com efeitos imediatos a partir desta data.

c. Cancelamento e conversão de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia aprovou o cancelamento de 1.650.000 ações em tesouraria, e a conversão de 165.365 ações preferenciais em ações ordinárias. Com isso, o Capital total subscrito e integralizado é de R\$2.087.260, passando a ser representado por 241.869.633 ações ordinárias, sem valor nominal.

ny bank